

OS MERCADOS CAMPESINOS DE BOGOTÁ: PATRIMÔNIO IMATERIAL E DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAMPESINA NA COLÔMBIA

Ilanil Coelho ¹

Daniel Uribe Parra ²

Resumo:

Este artigo tem como objetivo apresentar os Mercados Campesinos (MC) de Bogotá, como canais de comercialização de produtos rurais frescos, pratos típicos, artesanatos, dentre outros bens que remetem às feiras de escambo indígenas pré-coloniais que aconteciam na região central da Colômbia. Dinamicamente transformados, os MC, resultantes do Processo Mercados Campesinos (PMC), se configuram na atualidade como espaços interculturais de circulação e compartilhamento de memórias, identificações e modos saber-fazer campesinos, indígenas e afrodescendentes, baseados nos princípios de Segurança e Soberania Alimentar. O artigo propõe mostrar alguns dos modos de saber-fazer campesinos presentes na cotidianidade dos MC. Para tanto, além de fontes escritas (bibliografia, legislações e documentos oficiais), valemo-nos de entrevistas produzidas com base na metodologia da história oral com campesinos/as que participam dos MC para identificar os modos de saber-fazer que albergam estes espaços, analisando as possibilidades das comunidades participantes, em se apropriarem dos instrumentos de salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) da Colômbia. Encontramos que existe um processo decorrente do ato administrativo para postular o reconhecimento de uma manifestação como Patrimônio Cultural Imaterial, e assim ser incluída em uma das *Listas Representativas de Patrimonio Cultural Inmaterial* (LRPCI), contém um instrumento denominado Plan especial de Salvaguarda (PES) que não apenas poderia contribuir com o desenvolvimento das comunidades que participam dos MC, mas também em concretizar políticas efetivas voltadas à Seguridad e Soberania Alimentar do país.

Palavras-chave: Mercados Campesinos de Bogotá. Desenvolvimento. Patrimônio Cultural Imaterial. Memória. Soberania Alimentar.

1 INTRODUÇÃO

O denominado Processo Mercados Campesinos ou PMC é um processo organizativo que articulou desde 2004 uma série de associações regionais-nacionais campesinas e comunais da Região Central da Colômbia, [que compreende Bogotá e os Departamentos de Cundinamarca, Boyacá, Tolima e Meta] contando com o apoio

¹ Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora no Curso de História e do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville, Joinville, SC, Brasil E-mail: ilanilcoelho@gmail.com

² Mestrando em Patrimônio Cultural e Sociedade na Universidade da Região de Joinville, Joinville, SC, Brasil E-mail: danieluribe10@gmail.com

do Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un Derecho Alternativos (ILSA), The Oxford Committee for Famine Relief (OXFAM) e da Prefeitura de Bogotá através da Secretaria de Desarrollo Económico. A sua finalidade foi desenvolver estratégias de fortalecimento da economia campesina e de valorização participativa dos pequenos agricultores como atores sociais na defesa de políticas baseadas nos princípios de Segurança e de Soberania Alimentar da Colômbia.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO) o princípio de Segurança Alimentar aponta para quando “as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares” (FAO, 1996). Por sua parte, o de Soberania Alimentar, termo adotado pela Via Campesina, diz respeito ao “direito dos povos, comunidades e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra” (VIA CAMPESINA, 2002).

Concorrendo para a concretização desses princípios, de 2004 a 2015, o PMC concebeu e implantou três estratégias de comercialização direta de produtos campesinos sem recorrer a sistemas de intermediação existentes: (a) comércio varejista em dez mercados presenciais realizados em lugares públicos de Bogotá; (b) comércio atacadista com pessoas jurídicas (mercearias, supermercados, restaurantes) estabelecidas em Bogotá; (c) comercialização de orgânicos no atacado e no varejo.

Nas constantes avaliações realizadas pelo ILSA, entidade encarregada de registrar a evolução do PMC, ficaram registradas como tais estratégias de comercialização representaram uma melhoria não só na qualidade de vida resultante do aumento dos ingressos dos campesinos/as, como também evidenciou que os mercados varejistas presenciais, “Mercados Campesinos” ou “MC” como denominam os participantes do PMC, propiciaram um espaço pelo qual as manifestações culturais são potencializadas para melhorar condições socioeconômicas.

Além disso, os campesinos/as da região central do país ganharam voz nas decisões relacionadas ao abastecimento de alimentos da cidade de Bogotá, por meio de ações concretas de incidência política sobre o *Plan Maestro de Abastecimiento y Seguridad Alimentaria de Bogotá* (PMASAB), o qual começou a ser concebido em 2003 sem a necessária consideração da economia campesina.

Contudo, em 2015 houve uma ruptura desse processo liderado pelo PMC provocada por mudanças de governo, agora redirecionando a política alimentar para interesses de capitais externos e de empreendimentos globais de inspiração neoliberal. A principal estratégia afetada foi a do comércio varejista, isto é dos MC. Ocorre que por força dos acordos derivados da incidência política campesina, o governo bogotano concedia subsídios para a estrutura de realização dos MC, bem como para o fortalecimento organizativo da logística, transporte e armazenamento de produtos e para a publicidade do evento.

Diante disso, em 2016, apenas quatro dos dez MC continuaram funcionando, sendo realizados graças aos próprios participantes que improvisaram e autofinanciaram o desenho das barracas, o transporte e a disposição de seus produtos. Porém, do nosso ponto de vista, a ruptura não repercutiu apenas na economia campesina, como também nos próprios modos de vida campesina, já que os MC estavam propiciando a circulação de manifestações interculturais e de compartilhamento de memórias, identificações e modos saber-fazer ligados à história e cultura campesinas.

O artigo tem como propósito problematizar os MC como um espaço intercultural de Bogotá que alberga modos de saber-fazer campesinos, indígenas e afrodescendentes, bem como analisar as possibilidades das comunidades participantes em se apropriarem dos instrumentos de salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) da Colômbia para potencializarem ferramentas que visem ao desenvolvimento campesino a partir da valorização de seus modos de saber-fazer. Para tanto, além de fontes escritas (bibliografia, relatórios e legislações), valemo-nos de entrevistas produzidas com base na metodologia da história oral com campesinos/as em junho e julho de 2016.

A problemática que envolve este artigo, engloba as seguintes questões: Como se configuram e que ocorre dentro dos MC? Podemos considerar estes mercados varejistas presenciais como espaços interculturais? Por quê? Nesse sentido, poderiam ser considerados Patrimônio Cultural na Colômbia? a partir de quais instrumentos? Além disso, adotar essas políticas de patrimônio poderia reverberar no desenvolvimento das comunidades envolvidas nos MC?

Estas inquietações serão abordadas ao longo de três tópicos. Em um primeiro momento trabalharemos o modelo econômico neoliberal estabelecido na Colômbia desde a década de 1990 e a situação do campesinato dentro deste cenário.

Posteriormente, serão abordados os MC como espaços interculturais, avaliando as possibilidades de articulação e aplicação da legislação de PIC vigente no país, numa perspectiva de desenvolvimento tal qual propõe Amartya Sen, isto é, apontando a remover as principais fontes de privação das liberdades substantivas das comunidades camponesas, para assim, ampliar as suas liberdades e autonomia para decidir o futuro de seus modos de saber-fazer.

2 MERCADOS DE RESISTENCIA: ALIMENTO GLOBAL VS ALIMENTO LOCAL

A configuração da região central da Colômbia vem se transformando desde finais do século XX devido às guerras desatadas pela concentração de terras e às prioridades econômicas dos últimos governos, dentro as quais destacam-se o aumento na exploração de recursos minerais não renováveis e o aumento nos cultivos destinados ao agro combustível. Este cenário adverte uma baixa na produção de alimentos antes cultivados na região, o que está levando a um aumento constante na importação, fenômeno impulsionado pelas políticas neoliberais adotadas desde o início da década de 1990.

César Augusto Gaviria Trujillo, Presidente de Colômbia de 1990 a 1994, promoveu o processo de abertura econômica no país, desmontando progressiva e aceleradamente as taxas e barreiras alfandegárias a todo tipo de bens. Tal como indica o economista Luis Jorge Garay, inicialmente foi desenhado um,

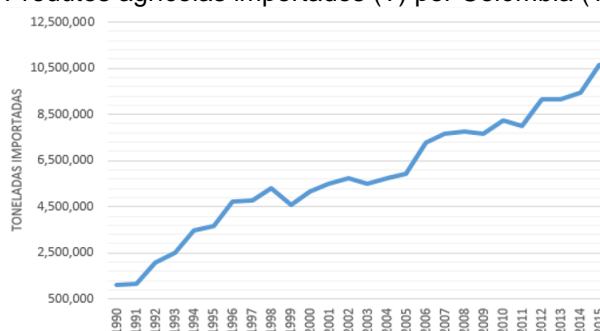
[...] programa gradual de apertura de la economía colombiana que se preveía adelantar a lo largo de cuatro años. Sin embargo, la confluencia de factores desestabilizadores como la entrada de capitales de diversa naturaleza (legal, paralegal e ilegal), el alza de las tasas de interés domésticas para esterilizar los flujos excedentarios de capitales del exterior, la postergación de planes de importación a la espera de ulteriores rebajas arancelarias y las consecuentes presiones cambiarias condujeron a mediados de 1991 a acelerar dicho programa, alcanzando en 1992 los niveles de protección previstos para 1994. El aumento de la demanda interna y la revaluación del peso, entre otros hechos, favorecieron un auge inusitado de importaciones de todo tipo de bienes producidos y no producidos localmente, mientras que se daba un pobre desempeño exportador. (GARAY, 1998, p. 353).

Desde então, tem-se incrementado progressiva e significativamente as quantidades de produtos agrícolas importados de países altamente industrializados que subsidiam seus produtores, como os Estados Unidos e alguns países da União Europeia. Adicionalmente, este fenômeno se agudizou com a implementação acelerada de acordos de livre comércio nos anos seguintes, o que levou muitos

pequenos e médios produtores agrícolas a interromperem sua produção pelas desvantagens competitivas que enfrentavam.

Dados publicados pelo Departamento Administrativo Nacional de Estatística de Colombia (DANE), entidade oficial encarregada da produção e difusão de pesquisas estatísticas no país, indicam que as quantidades importadas de produtos provenientes do reino vegetal e das indústrias alimentícias apresentaram um aumento constante desde 1992, ano em que se consolidou a nova estrutura de taxas alfandegárias proveniente dos decretos instaurados nos dois anos imediatamente anteriores. Conforme se observa na Figura 1, as importações passaram de 1.161.063 Toneladas em 1991 a 3.475.083 T em 1994.

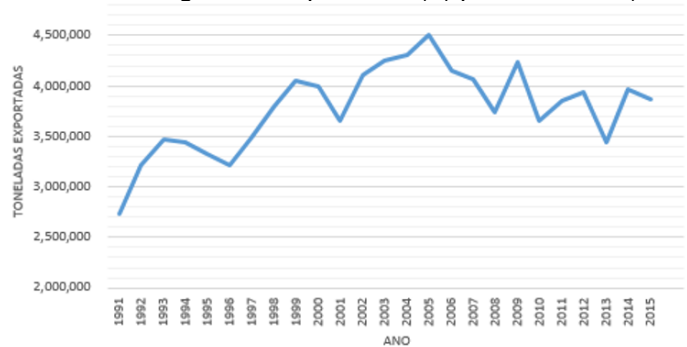
Figura 1 – Produtos agrícolas importados (T) por Colômbia (1990 – 2015)



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de Agronet: Estatísticas comércio exterior - DANE

As importações de bens agrícolas continuaram em aumento durante toda a administração do presidente Ernesto Samper Pizano, de 1994 a 1998. Produtos como milho, trigo, frutas, grãos e muitos outros gêneros que anteriormente eram cultivados por camponeses/as e pequenos produtores/as locais que supriam a demanda nacional, começaram a ser substituídos por fornecedores internacionais.

De outro lado, quando analisamos os dados relacionados ao desempenho das quantidades de produtos agrícolas exportados, nota-se, conforme a Figura 2, que desde 2005 estas apresentam um comportamento incerto, o que nos indica que o processo de abertura econômica não conseguiu consolidar um crescimento como o ocorrido nas importações. Ao contrário, a curva das exportações apresentou várias quedas desde 1993.

Figura 2 – Produtos agrícolas exportadas (T) por Colômbia (1990 – 2015)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de Agronet: Estatísticas comércio exterior - DANE

Um estudo realizado pelo economista colombiano Diego López analisou a configuração da oferta de alimentos na Colômbia, concluindo que as importações de alimentos básicos como arroz, milho, trigo, cevada e banana aumentaram consideravelmente no período de 2000 a 2010, afetando a autossuficiência da produção nacional e gerando uma situação de dependência externa de alimentos. Os resultados obtidos nessa pesquisa indicam que,

Buena parte de la disponibilidad de alimentos básicos en el país en los últimos años se ha venido suministrando cada vez más por importaciones, en detrimento de la producción nacional, situación que deja la dieta básica de los colombianos en una delicada dependencia del mercado externo (LOPEZ, 2012. p. 48).

Esta tendência de desmonte dos tributos alfandegários, baseados em políticas neoliberais, foi consolidada nas administrações de Andrés Pastrana (1998 – 2002) e Álvaro Uribe Velez (2002 – 2006 e 2006 – 2010), nas quais iniciou-se a negociação e implementação de Áreas de Livre Comércio (TLC) com México, Estados Unidos, União Europeia e outros países que possuem uma produção agrícola industrializada e, em muitos casos, subsidiada pelo governo, contrário ao caso de Colômbia que baseia sua produção agrícola em pequenos produtores/as e camponeses/as com métodos menos tecnológicos e sem nenhum tipo de auxílio estatal. Esta dinâmica importadora levou muitos pequenos e médios produtores/as agrícolas interromperem sua produção pelas desvantagens competitivas que enfrentavam.

Devido a este fenômeno que ia se aprofundando cada vez mais, nos dias 7 e 8 de abril de 2003 teve lugar o Congresso Nacional Agrario promovido pela Plataforma Colombiana de Derechos Humanos Democracia y Desarrollo (PCDHDD), rede que

agrupava setenta e cinco organizações sociais, comunitárias e não governamentais³. Este evento, realizado com a finalidade de elaborar uma proposta de política pública agrária para Colômbia, congregou mais de 5.000 pessoas no Parque El Renacimiento em Bogotá e foi assinado e publicado um documento que denominaram *Mandato Agrario* (EL OTRO DERECHO, 2004).

Foram abordados neste texto quatorze temas relacionados com os Direitos Humanos, dentre os quais, a soberania e segurança alimentar, as alternativas frente às áreas de livre comércio, o direito às terras, a reconstrução da economia agropecuária e agroalimentar, a proteção do meio ambiente, os direitos sociais, econômicos e culturais dos camponeses/as, indígenas, e afrodescendentes. O documento rechaçou profundamente as políticas neoliberais que os governos do país vinham implementando desde o início da década de 1990, destacando que estas práticas estavam acabando com a Segurança e Soberania Alimentar do país.

As políticas neoliberais na área da produção agrícola já estavam sendo inscritas no denominado Plan Maestro de Abastecimiento y Seguridad Alimentaria de Bogotá (PMASAB), documento que nortearia o modelo de abastecimento e distribuição de alimentos na cidade. Na formulação inicial deste documento proposta pelos consultores e interventores de Antanas Mockus, prefeito da cidade de 2001 a 2003, não se contemplou a economia camponesa, parte essencial na cadeia de abastecimento de alimentos em Bogotá.

Segundo o pesquisador Freddy Ordoñez, a proposta inicial PMASAB (herdada de Antanas Mockus a Luiz Eduardo Garzón, prefeito da cidade de 2004 a 2011) estava norteadada pela consolidação de um monopólio da coleta e da distribuição de alimentos na capital do país, o qual prejudicaria tanto os pequenos e médios produtores, quanto a capacidade de compra dos consumidores da cidade (ORDÓÑEZ et al., 2011, p. 18).

Por este motivo, em junho de 2004, fruto do movimento social que gerou o *Mandato Agrario*, uma série de organizações regionais-nacionais camponesas e

³ A PCDHDD foi conformada em 1993 com a iniciativa de trabalhar sobre os princípios estabelecidos na Conferência Mundial de Direitos Humanos realizada em Viena no mesmo ano. Em 2016 eram 130 as organizações que faziam parte desta Plataforma.

comunais⁴, com o acompanhamento político do ILSA e o financiamento da Embaixada de Suécia e OXFAM realizaram uma assembleia na qual participaram camponeses/as de 53 municípios provenientes dos departamentos⁵ de Cundinamarca, Boyacá, Tolima, Meta Huila, Santander, Casanare y Guaviare. Nessa assembleia (julho de 2004) se criou o Comité de Interlocución Campesina Comunal (CICC) com o objetivo de iniciar um conjunto de ações orientadas a posicionar a economia camponesa como uma proposta de segurança alimentar para a cidade de Bogotá, estabelecendo uma interlocução com o governo e assim incidir na definição do PMASAB (ORDÓÑEZ et al., 2011, p. 76). É nesse contexto (2004) que o PMC inicia suas atividades demonstrando poder de mobilização e de resistência camponesa frente aos imperativos neoliberais.

No dia 4 de novembro de 2004 foi realizado o primeiro evento de comercialização de produtos camponeses organizado pelo CICC e aproximadamente 200 camponeses/as levaram seus produtos à Plaza de Bolívar⁶. Os organizadores e participantes não só tinham a intenção de gerar renda, como manifestar insatisfação pelo desconhecimento ou exclusão da economia camponesa no PMASAB.

Ante as negativas de Luiz Eduardo Garzón para atender estas organizações e acolher as suas propostas, no dia 17 de março de 2005, organizou-se outro mercado camponesino dentro da Plazoleta del Consejo de Bogotá⁷. Devido a esta pressão organizada, Hernán López, presidente da Asociación Departamental de Usuarios Campesinos de Cundinamarca (ADUC), foi convidado a participar no debate do dia 19 de abril para apresentar aos Concejales⁸ as propostas das organizações camponesas de inclusão dos camponeses/as no circuito de abastecimento da cidade (ORDÓÑEZ et al., 2011, p. 77-78).

Deste encontro o Consejo de Bogotá solicitou ao prefeito Luiz Eduardo Garzón que não firmasse o decreto que aprovaria o PMASAB, tendo sido elaborada uma nova

⁴ Acción Campesina Colombia (ACC), Asociación Departamental de Usuarios Campesinos de Cundinamarca (ADUC), Asociación Nacional de Ayuda Solidaria (ANDAS), Asociación Nacional de Mujeres Campesinas, Negras e Indígenas de Colombia (ANMU-CIC), Confederación Nacional de Juntas de Acción Comunal (CONFECOMUNAL), Federación Nacional de Cooperativas Agropecuarias (FENACOA), Federación Sindical Unitaria Agropecuaria (FENSUARO) y Fundación San Isidro (FSI). Estas organizaciones constituyen el Comité de Interlocución Campesina y Comunal (CICC).

⁵ Equivalente a município no Brasil.

⁶ Praça principal de Bogotá, Colômbia. A seu redor estão localizados o Palacio liévano (sede da prefeitura), Capitolio Nacional (sede do Congresso da República) e a Catedral Primada de Bogotá

⁷ Equivalente a Câmara de vereadores (esfera municipal)

⁸ Equivalente a vereadores.

minuta que o modificava e incluía reivindicações apresentadas pelas organizações camponesas. O PMC, pois, foi fortalecido e ofereceu uma proposta concreta de Segurança e Soberania Alimentar para Bogotá. Tal proposta abrangeu:

- i) el reconocimiento de la economía campesina en la política de seguridad alimentaria 2007-2015 de Bogotá por su rol estratégico para el abastecimiento y la seguridad alimentaria de la ciudad; ii) la definición de un sistema de abastecimiento con una lógica de precio justo en la que se beneficien los dos extremos de la cadena: consumidor y productor ; iii) la inclusión de dos representantes de las organizaciones camponesas y comunales en el Comité Directivo que gerencia el Plan Maestro de Abastecimiento de Alimentos y Seguridad Alimentaria de Bogotá (PMASAB); iv) La institucionalización del Día Nacional del Campesino [86] en Bogotá por parte del Concejo de la ciudad; y v) la creación de un canal alternativo de comercialización, financiado por recursos públicos, que reduce la intermediación y con ello la doble injusticia que afecta a los consumidores de Bogotá y los productores camponesinos (con altos precios para los primeros y bajos para los segundos) (PARRADO e MOLINA. 2014, p. 85).

Contudo, do nosso ponto de vista, aí já emergia o problema da instabilidade/fragilidade dos MC, devido principalmente à dependência de recursos públicos para sua realização e às dificuldades de renovação de acordos dada a rotatividade de governantes e de seus programas. Com a entrada da nova administração, em 2016, encabeçado pelo prefeito de Bogotá Enrique Peñalosa, ficou retratada esta instabilidade/fragilidade. Políticas públicas conformadas em administrações anteriores (incluindo os MC) foram derogadas, substituídas ou modificadas de acordo com o estabelecimento de novas prioridades. Dos dez Mercados Camponesinos que aconteciam quinzenalmente até 2015 em diferentes parques da cidade, em 2016, apenas quatro foram organizados, passando a ser denominados “Mercados de Resistencia” (MR).

Assim, em seguida serão apresentados alguns dos modos de saber-fazer identificados nos Mercados de Resistencia ocorridos em junho de 2016, para posteriormente, mostrar como os participantes dos MR podem se apropriar dos instrumentos do Patrimônio Cultural Imaterial não só para continuar com suas práticas de comercialização, como também para contribuir com o desenvolvimento presente e futuro das comunidades envolvidas.

Em junho de 2016 visitamos três dos quatro MR ativos, coletando informação das práticas presentes nestes espaços. Paralelamente, realizamos levantamento e análise de vários tipos de fontes no intuito de interpretar possíveis vínculos entre os mercados camponesinos e a história e cultura dos camponesinos/as na Colômbia.

3 MERCADOS CAMPESINOS COMO ESPAÇOS INTERCULTURAIS

Segundo o historiador colombiano Guillermo Hernández Rodríguez os espaços de trocas de bens estavam já consolidados no território colombiano no denominado período pré-colonial. Em seu livro *De los Chibchas a la Colonia y a la República*, explica que na tradição *Muisca*⁹, na região da savana andina bogotana, existiam lugares destinados à prática do escambo entre habitantes originários do altiplano cundiboyacense¹⁰. A cada quatro dias em Bacatá¹¹, Zipaquira, Tunja e Turmequé reuniam-se integrantes das tribos de diversas confederações chibchas para intercambiar produtos. Além disto, havia feiras de escambo entre outras tribos em Coyaima, nas terras dos Poincos no limite sul ocidental do território Muisca, assim como ao norte em Socorocotá. Em tais trocas, pelo fato de não se utilizar moedas, o comprador era ao mesmo tempo o vendedor. (HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, 1990).

O escambo também está presente nos MC. Ocorre que, quando finalizam os MC, aqueles produtos que não são vendidos são trocados (sem intermediação de moeda) entre produtores/as. Registramos esta prática nos três Mercados Campesinos visitados. A Sra. Luz Hilda Valderrama Ruiz, campesina envolvida com produção orgânica e vinculada ao PMC desde 2012, disse-nos:

Nosotros aquí a veces también hacemos trueque cuando esta malo y no vendemos, hacemos trueque por decir yo traigo verdura y cambio con el de la fruta, eso es bonito a mí me gusta mucho eso y creo que a los demás también [...] decía mi papa que ellos hacían el trueque entonces que rico volver ahora así sea de vez en cuando hacer eso (VALDERRAMA, 2016).

Assim, conforme a Sra. Luz Hilda, o escambo ocorre quando as vendas não são as esperadas. Ela percebe que, em geral, é uma prática que todos os participantes dos MC gostam, lembrando que seus pais relatavam para ela que também realizavam escambo. Nessa direção, poderíamos dizer que os MC são espaços onde se conectam práticas de temporalidades múltiplas.

Em *Revisión de Efectividad del Proceso Mercados Campesinos*, relatório de avaliação comparativa realizada pelo ILSA, encontramos um indicador que corroborou os relatos produzidos. Neste documento, há um estudo comparativo entre um grupo de indivíduos, lares e comunidades que foram beneficiários do PMC com outro grupo correspondente e semelhante que não fez parte do PMC. O indicador que diz respeito

⁹ Povoado indígena que habitava a região onde atualmente está localizada Bogotá.

¹⁰ Refere-se ao planalto localizado entre os Departamentos de Cundinamarca e Boyacá.

¹¹ Nome dado pelos Muisca ao território onde atualmente está localizada Bogotá.

à adoção da prática de escambo adverte que 71,2% dos participantes dos MC adotam recorrentemente tal prática, enquanto o grupo de comparação registrou uma incidência de apenas 10,6% (OXFAM, 2014. p. 10).

Por outra parte, algumas entrevistas proporcionaram informações de como cultivar certos vegetais, legumes e frutas só disponíveis nos MC e os seus possíveis usos, tanto para preparar pratos que são cotidianos nas suas regiões, como para combater moléstias ou melhorar a saúde física e mental das pessoas.

Este é o caso da Sra. Martha Lucia Moreno que nos explicou o uso medicinal da opúncia (nopal), planta associada à cultura dos mexicas (Aztecas). A entrevistada relata como esta planta pode curar desde o câncer até o esporão de calcâneo (espolón em espanhol). Disse ela:

Esta planta es muy buena, cura el cáncer, limpia el hígado, el páncreas, la sangre, todo. Cuando uno tiene espolón, el dolor en el pie, usted marca el pie, y lo deja en el aire, el tiempo que sea suficiente. Uno marca el pie así (*tira o zapato e explica*) y lo deja secar, secar al aire libre, en el sol y va secando y va quitando el espolón, el dolor del pie se va (MORENO, 2016).

Isto nos leva a perceber que aí estão imbricados processos de atribuição de valores simbólicos e de compartilhamento de memórias, no presente, de saberes-fazeres campesinos associados às populações do passado. Deste modo, podemos imaginar que os campesinos/as estabelecem com a terra não apenas vínculos produtivos, mas existenciais, produzindo e disseminando sentidos e visões de mundo a partir dela.

Compartilhamos a ideia do antropólogo e crítico cultural Néstor García Canclini quando propõe em seu livro *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade* que as culturas na atualidade são híbridas. Por hibridação o autor entende “os processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2008, p. XIX).

A fala do Sr. Luis Enrique Tuntaquimba é um indício da hibridação cultural que ocorre dentro dos MR. Originário do atual território equatoriano ele nos disse que, mesmo vivendo em Bogotá, se esforça para preservar a língua *Kichwa*¹². É também tecedor e participante deste mercado há cinco anos. Em sua entrevista, verificarmos como ele produz e exprime o que Canclini denomina “verossimilhança histórica”, por

¹² Linguagem utilizada também pelos Incas.

força de justaposições e entrecruzamento de tradições indígenas e hispânicas. O Sr. Tuntaquimba destacou que os MC têm lhe ajudado não só no sustento econômico, como também proporcionado a oportunidade de difundir sua língua, seu trabalho e seus modos de saber-fazer herdados. Após pronunciar uma saudação em *Kichwa*, o Sr. Tuntaquimba nos contou que aprendeu a tecer com os seus ancestrais:

Nosotros los quichuas por generaciones este ha sido nuestro trabajo, este es el trabajo que aprendimos de nuestros abuelos, de nuestros tatarabuelos, de nuestros padres y nosotros seguimos ese legado. He sido fabricante de hamacas de ponchos de ruanas (TUNTAQUIMBA, 2016).

Também relatou que, anteriormente, quando tecia junto com seu pai na década de 1970, utilizava fiação de lã de cordeiro feita por campesinos/as do Departamento de Boyacá. Porém, tiveram que trocar para provedores de lã industrializados, já que os campesinos/as diminuíram consideravelmente sua produção:

Este material es totalmente lana de ovejo 100%. Esto hace unos 40-50 años cuando yo estaba joven, cuando trabajaba con mi papá, los traían del mercado la gente campesina, hilado totalmente a mano, hilado en ese torno manual, así que se hacía. Fabricábamos alfombras, fabricábamos tapetes y se conseguía. Hoy en día, -pues bueno- ya no se consigue porque la campesina, la de Boyacá, la que tanto nos traía eso pues ya lo produce poco y el mercado no permite porque eso sale un poco caro. Pues se ha industrializado un poco pero, sigue siendo pura lana (TUNTAQUIMBA, 2016).

Assim, se analisamos os MR desde uma perspectiva intercultural, podemos identificar modos de fazer e conhecimentos que podem ser abordados a partir do campo da gestão do patrimônio cultural, não se tratando, obviamente, de “resgatar” bens e práticas supostamente detentores de “autenticidade” e de “pureza” de tradições, mas sim de processos culturais vivos. A esse respeito, Canclini afirma que:

Parece que devem importar-nos mais os processos que os objetos, e não sua capacidade de permanecer ‘puros’, iguais a si mesmos, mas por sua representatividade sociocultural. Nessa perspectiva, a investigação, a restauração e a difusão do patrimônio não teriam por finalidade central almejar a autenticidade ou restabelecê-la, mas reconstruir a verossimilhança histórica e estabelecer bases comuns para uma reelaboração de acordo com as necessidades do presente (CANCLINI, 2008, p. 202).

As informações subministradas pelo Sr. Tuntaquimba são extremamente relevantes para a nossa reflexão. Em primeiro lugar, evidenciam o hibridismo presente nos modos de saber-fazer que herdou. Ele e seu pai [indígenas *quichuas*] estabeleceram relações com campesinos/as de Boyacá para comercializar produtos na cidade de Bogotá. Em segundo lugar, observamos como os MC albergam modos de saber-fazer campesinos carregados de “representatividade sociocultural” e que

reconstroem uma “verossimilhança histórica” de acordo com as “necessidades do presente”.

Reconhecemos o processo MC como um espaço intercultural com potencialidade de articular a economia campesina com os desafios atuais das pesquisas e das políticas relacionadas ao patrimônio cultural. Nesse sentido, enxergamos uma possibilidade da configuração dos MC obter uma política cultural e patrimonial eficaz para articular práticas de comércio inovadoras que carregam uma densidade histórica e, ao mesmo tempo, para protegê-las na reconfiguração econômica atual do país.

Nesta direção, Lourdez Arzipe, no livro *Culturas en Movimiento*, faz uma relevante análise da situação em que as políticas culturais experimentam e como elas se tornam essenciais (especialmente, às relacionadas com o patrimônio imaterial) ao desenvolvimento econômico e social das minorias culturais¹³. Diz a autora:

El nuevo reto para las políticas culturales consiste en entender el proceso mediante el cual las diversas comunidades culturales -es decir, las naciones, las culturas regionales, los pueblos indígenas y las minorías culturales- están creando nuevas formas de expresión para sí mismas y con respecto a sus sitios en las sociedades. El patrimonio cultural intangible es parte de este proceso de reconocimiento y creatividad en el mundo actual, debido a que es la expresión cultural que más fielmente refleja los sentimientos, temores, aspiraciones y cambios en las expectativas y demandas de la gente. Ayudar a los portadores de la cultura a mantener y proporcionar nuevos signos y significados a dicha expresión contribuye a que las personas tengan un sentimiento de seguridad y representación en un mundo que fluye rápidamente. Reconocer esto es darle a la gente el incentivo para continuar en la búsqueda de soluciones creativas para su propio desarrollo (ARZIPE, 2006, p. 43).

Um dos principais desafios para que as políticas culturais e patrimoniais logrem êxito seria, pois, a capacidade delas centrarem seus interesses nas demandas dos agentes e grupos que lhes são referência, bem como se articularem e influírem nas políticas de desenvolvimento social e econômico. Arzipe diz ainda que:

Ya no se trata del patrimonio del pasado, sino de la creatividad que crea futuro. Aunque esto comprende objetos, artefactos e instrumentos, se refiere primordialmente a procesos. En otras palabras, el proceso mismo que hace que los individuos o la gente de un pueblo, un grupo o una nación se reúnan con la finalidad de producir un objeto o un performance, o una idea cultural, debe ser un objetivo primordial de las políticas culturales (ARIZPE, 2006. p. 43).

¹³ Sobre o conceito de minoria, Seyferth (2012, p. 234) diz que “a inferioridade numérica da definição não é importante, pois a marca da condição de minoria corresponde à desigualdade de status” baseada em fronteiras étnicas e culturais.

Com isto, a autora assinala a possibilidade e necessidade de se focar as pessoas e os processos pelos quais elas produzem seus patrimônios fazendo disto o objetivo primordial das políticas culturais. Neste sentido, quando analisamos os MC estaríamos frente ao desafio de criar uma política patrimonial articulada com as políticas de desenvolvimento social e econômico, por exemplo, visando fortalecer a autonomia dos camponeses/as para combater as desigualdades historicamente construídas e aprofundadas desde a abertura econômica.

4 PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO COM A PATRIMONIALIZAÇÃO DOS MERCADOS CAMPESES

Amartya Sen, galardoado com o Prêmio Nobel em Economia em 1998, compreende o desenvolvimento como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2008. p. 17). O autor apresenta que as liberdades não são apenas os fins para o desenvolvimento, como também os meios. Isto significa que, ao procurar o bem-estar, além de combater as principais fontes de privação de liberdades que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas (como a fome e a pobreza), se devem promover os modos de vida que os próprios grupos sociais valorizam. Nesta perspectiva, para projetar um modelo socioeconômico compatível com este tipo de desenvolvimento, devem ser examinadas as capacidades presentes e as demandas, desejos e expectativas de futuro das comunidades envolvidas nos MC.

Desta forma, o Decreto nº 2.941 de 2009, que corresponde à regulamentação do PCI na Colômbia, contém as ferramentas que o Estado tem no que compete aos bens considerados de natureza imaterial. Dentre os instrumentos de gestão para as denominadas manifestações culturais, existe um processo decorrente de ato administrativo para postular o reconhecimento de uma manifestação como PCI e, se for o caso, ser incluída em uma das *Listas Representativas de Patrimonio Cultural Inmaterial* (LRPCI). Este decreto prevê ainda a assinatura de um Plan Especial de Salvaguardia (PES), orientado a fortalecer, revitalizar e promover de maneira sustentável uma dada manifestação. Segundo o Artigo 8º, todo o processo “se hará con la participación activa de las comunidades” (COLOMBIA, 2008).

Assim, os participantes dos MR têm a oportunidade de se apropriarem das políticas do PIC a traves do PES, para projetar o futuro de seus bens e processos culturais, de acordo com a noção de desenvolvimento apresentada por Sen. Mas não

apenas isso. Do nosso ponto de vista, o reconhecimento dos MC não diz respeito apenas às demandas dos camponeses senão da própria sociedade colombiana que, como vimos, cada vez mais está distante de concretizar políticas efetivas voltadas à Soberania Alimentar, ou seja, cada vez é menor a autonomia para decidir o tipo de alimentos que se deseja produzir e consumir.

5 CONCLUSÕES

O PMC, sob o discurso de Segurança e Soberania Alimentar, incidiu efetivamente nas políticas de abastecimento alimentar de Bogotá, possibilitando, a configuração de espaços interculturais na capital colombiana. Consideramos que os MC são espaços que albergam modos de fazer camponeses que podem ser considerados patrimônio cultural em Colômbia. Quando falamos de “espaço”, apelamos à proposição que o estudioso francês Michael de Certeau nos oferece em seu livro *A Invenção do Cotidiano*, quando escreve que:

Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. [...] o espaço é um lugar praticado (CERTEAU, 1994. p. 201).

Nesse sentido, os MC podem ser concebidos como geradores de espaços interculturais na cidade, já que albergam práticas, modos de saber-fazer herdados (e sempre em dinâmica atualização), produtos e manifestações artísticas e, ao mesmo tempo, são atravessados por “programas conflituais” e “proximidades contratuais”, envolvendo os camponeses, os movimentos sociais e as organizações camponesas, ONGs e o Governo do Distrito Capital¹⁴.

Em vista da atual situação dos MC, consideramos que estes espaços têm nos instrumentos vigentes do PIC na Colômbia, oportunidades para valorizar os Mercados Camponeses e dar continuidade aos mesmos, visando à ampliação das liberdades das populações envolvidas. Contudo, deve ser uma iniciativa dos próprios participantes.

Por outra parte, consideramos que se estes espaços querem ter uma continuidade no tempo, os instrumentos do PIC apresentam-se como oportunidades de valorizar, não só seus modos de saber-fazer (o que poderia significar melhores ingressos), mas também para fortalecer os mecanismos que o PMC vem adotando para concretizar políticas que apontem para a Segurança e Soberania Alimentar da

¹⁴ Âmbito territorial especial, cujo centro de governo é Bogotá.

Colômbia. É talvez nesse aspecto que os MC suscitam valores que vão para além da economia campesina e dos participantes do PMC, já que envolver políticas de Soberania Alimentar, implica trabalhar na autonomia e as condições de escolha sobre o que produzir, consumir e de que forma cultivar a partir dos locais.

MERCADOS CAMPESINOS IN BOGOTÁ: INTANGIBLE HERITAGE AND FARMER'S ECONOMY DEVELOPMENT IN COLOMBIA

Abstract:

This paper aims to present *Mercados Campesinos* (MC) in Bogotá, as marketing channels for selling fresh vegetables, fruits, typical meals, handicrafts, and others goods that recreate the barter fairs that occurred between indigenous groups located in the central region of Colombia, before colonization. Currently, the MCs [organizational model proposed by the Proceso Mercados Campesinos (PMC)], are intercultural spaces of farmers, indigenous people and afro-Colombians, based on the principles of Food Security and Sovereignty, where memories, ancestral knowledge and know-how circulate. We identify and present some of those know-how types that occur at MC. For this purpose, besides written sources (bibliography, legislation, official documents), we resort to interviews based on the Oral History methodology with farmers which have been participating in the MC, analysing how these participants can take ownership of the existing patrimonial policies. We find a process that is applied in Colombia for the cultural manifestation as an Intangible Cultural Heritage, which contains an instrument *Called Plan Especial de Salvaguarda* (PES) that not only could contribute to the development of the participating communities in the MC, but also to implement effective policies aimed towards the country's Food Security and Sovereignty.

Keywords: Mercados Campesinos de Bogotá. Intangible Heritage. Development. Memory. Food Sovereignty.

LOS MERCADOS CAMPESINOS DE BOGOTÁ: PATRIMONIO IMATERIAL Y DESARROLLO DE LA ECONOMÍA CAMPESINA EN COLOMBIA

Resumen:

Este artículo tiene como objetivo presentar los Mercados Campesinos (MC) de Bogotá, como canales de comercialización de productos rurales frescos, platos típicos, artesanías, entre otros bienes que recuerdan a las ferias de trueque indígenas realizadas en la Región Central de Colombia desde antes de la Colonia. Dinámicamente transformados, los MC se configuraron en la actualidad, fruto del Proceso Mercados Campesino (PMC), como espacios interculturales en los que circulan y se comparten memorias, identificaciones y modos de saber-hacer campesinos, indígenas y afrodescendientes, basados en principios de Seguridad y Soberanía Alimentar. El presente artículo propone mostrar algunos de los modos de saber-hacer campesinos presentes en la cotidianidad de los MC. Para eso, además de fuentes escritas (bibliografía, legislación y documentos oficiales), recurrimos a entrevistas producidas por medio de la metodología de la Historia Oral con campesinos/as que participa de los MC, para identificar tales modos de saber-hacer que albergan estos espacios, analizando las posibilidades de las comunidades participantes, en apropiarse de los instrumentos de salvaguardia de Patrimonio Cultural Inmaterial (PCI) de Colombia. Encontramos que existe un proceso derivado del acto administrativo para postular una manifestación cultural como PCI que contiene un instrumento denominado Plan Especial de Salvaguarda (PES) que podría contribuir con el desarrollo de las comunidades que participan de los MC al tiempo que concretizar políticas efectivas direccionadas a la Seguridad y Soberanía Alimentar del país.

Palabras clave: Mercados Campesinos de Bogotá. Desarrollo. Patrimonio Inmaterial. Memoria. Soberanía Alimentar.

REFERÊNCIAS

ARIZPE, Lourdes. **Culturas en Movimiento**: Interactividad cultural y procesos globales. México: Cámara de Diputados LIX Legislatura-UNAM-CRIM-Editorial Miguel Ángel Porrúa, 2006, 368 pp.

COLOMBIA. **Decreto n.º 2.941, de 6 agosto de 2009**. 2009. Disponível em: < <http://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=37082> >. Acesso em: 29 dez. 2016.

EL OTRO DERECHO. **Derecho a la Tierra**. Conceptos, experiencias y desafíos. Bogotá: ILSA n. 31-32. Agosto de 2004. Disponível em: < <http://ilsa.org.co:81/biblioteca/dwnlds/od/elotrdr031-32/elotrdr031-32-00.pdf> >. Acesso em: 31 mai. 2016.

GARAY S., Luis Jorge. **Colombia**: Estructura industrial e internacionalización 1967-1996. Santa Fé de Bogotá: Departamento Nacional de Planeación, 1998.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas**: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. Tradução: Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Guillermo. **De los Chibchas a la Colonia y a la República**. Del Clan a la Encomienda y al Latifundio en Colombia. Colombia: Ediciones Paraninfo 1990.

LOPÉZ H., Diego. **Disponibilidad de alimentos básicos en Colombia 2000 – 2010**: ¿producción nacional o importaciones? 2012. 74 f. Dissertação (Mestrado de Economia) – Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2012.

ORDOÑEZ, Fredy et al. **Economía Campesina, Soberanía y Seguridad Alimentarias en Bogotá y la Región Central del País**. Bogotá: Editorial ILSA, 2011

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **Declaração Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação de 1996**. 1996. Disponível em: < <http://www.fao.org/docrep/003/W3613P/W3613P00.htm> >. Acesso em: 19 fev. 2017.

OXFAM. **Mercados Campesinos**: Iniciativa de desarrollo rural incluyente liderada por organizaciones campesinas. Bogotá: Oxfam, 2014.

PARRADO, Álvaro; MOLINA, Juan. **Mercados Campesinos**: modelo de acceso a mercados y seguridad alimentaria en la región central de Colombia. Bogotá: OXFAM. 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

SEYFERTH, Giralda. Minoria. In: SOUZA, Antonio Carlos de. **Antropologia e direito**: temas antropológicos para estudos jurídicos. Brasília/Rio de Janeiro/Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia/laced/Nova Letra, 2012.

VIA CAMPESINA. **NGO Forum Declaration in the World Food Summit of FAO (Rome+5)**. 2002. Disponível em: < <https://viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27/food-sovereignty-and-trade-mainmenu-38/398-declaration-ngo-forum-fao-summit-rome5> > Acesso em: 19 fev. 2017.

ENTREVISTAS ORAIS

MORENO, Martha Lucia. **Martha Lucia Moreno**: entrevista [2 jun. 2016]. Entrevistador: O autor. Bogotá

TUNTAQUIMBA, Luis Enrique. **Luis Enrique Tuntaquimba**: entrevista [2 jun. 2016]. Entrevistador: O autor .Bogotá.

VALDERRAMA, Luz Hilda. **Luz Hilda Valderrama**: entrevista [2 jun. 2016]. Entrevistador: O autor. Bogotá.

Artigo:

Recebido em 05 de Junho de 2017.

Aceito em 30 de Novembro de 2017.